



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e oito dias de**  
2 **julho de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I. 1.**  
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Marta  
4 de Jesus N. Rocha, Sr. Waldomiro Aprile Junior; **I. 2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra.  
5 Izabel Pereira de Oliveira; **I. 3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sr. José Mendes Juvenal, Sra.  
6 Maria Gil de Andrade, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José M. da Costa; **I. 4. Associação de Portadores**  
7 **de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I. 5. Movimento Sindical:** Sr. Adilson Momente, Sr. Francisco Genésio  
8 Lima de Mesquita, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II. Trabalhadores: II. 1. Trabalhadores**  
9 **dos Serviços de Saúde Municipais: II. 1. a. Rede:** Sra. Francisca Francinete da Silva, Sr. João das Graças Silva; **II.**  
10 **1. b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **II. 1. c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:**  
11 Sr. Antonio Facin, Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II. 2. Entidade de Prestadores de Serviço de Saúde Privados:**  
12 Sr. José Augusto de Souza; **II. 3. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III.**  
13 **Gestores: III. 1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sra. Maria Cecília Brandt  
14 Piovesan, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello; **III. 2. Hospitais Universitário:** Sr. Edson Bueno; **III. 3.**  
15 **Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa, Sra. Geowanna Ap. Higinio S. Santos; **III. 4. Prestadores de**  
16 **Serviço em Saúde – SUS:** Sr. Simão Raskin; **III. 5. Prestadores em Serviço em Co-Gestão:** Sra. Rosana Elias  
17 Romanelli; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I. 1. Movimentos Sociais:** Neli de Oliveira  
18 Rossi; **I. 2. Conselhos Locais de Saúde:** Francisca M. Bezerra Lourenço; **II. Trabalhadores: II. 1. Conselhos e**  
19 **Associações de Classe:** Hildebrando de Barros Ribeiro; **II. 2. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sebastiana  
20 Maria de Souza; **III. Gestores: III. 1. Secretaria Municipal de Saúde:** Lígia Ap. Neaime de Almeida, Walmir  
21 Cândido de Oliveira; **III. 2. Hospitais Universitário:** Simone Pereira Rosa. O Sr. André iniciou a reunião, dando as  
22 boas vindas a todos os participantes e realizou a leitura da **pauta**, sendo: **I. Informes; II. Apresentação,**  
23 **discussão e votação dos Convênios entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Casas de Apoio pela Dra.**  
24 **Claudia Barros: Grupo Amizade; Morada Amor e Luz; Grupo Vida; Centro Corsini.** Sem informes a seres  
25 realizados, a Dra. Cláudia Barros, coordenadora do Programa Municipal DST/AIDS, realizou a apresentação dos  
26 convênios. Abertas as inscrições, o Sr. Xavier falou sobre a entrega da documentação para o Conselho Fiscal de  
27 Saúde, a qual aconteceu às vésperas da reunião do pleno. Falou sobre os valores apresentados e comparou  
28 com os valores apresentados em 2009, a qual apresentou quase cinquenta por cento (50%) de aumento.  
29 Questionou os valores recebidos e os serviços prestados. Falou sobre a baixa taxa de ocupação. O Sr.  
30 Trombetta falou sobre o trabalho social das casas de apoio e questionou se a verba repassada não deveria vir  
31 da Secretaria de Assistência Social. Falou sobre o envio da documentação para o Conselho Fiscal de Saúde e da  
32 dificuldade de analisar todo o material. Questionou as razões pelas quais a prestação de contas foi  
33 encaminhada da forma como ocorreu. Falou sobre o redirecionamento do foco de atenção de uma das casas  
34 de apoio, que passou a receber os pacientes do Programa “Bom dia, morador de rua”. Falou que a casa de  
35 apoio recebeu a verba em duplicidade. Afirmou que o Conselho Fiscal de Saúde, devido à dúvidas relacionadas  
36 à prestação de contas, não aprova a mesma. O Sr. Adilson parabenizou a apresentação, falou ser papel  
37 fundamental de o município manter convênios que possam engrandecer e solucionar problemas da saúde na  
38 cidade. Colocou realizado e afirmou ser necessária a prestação de contas contínua e constante. Falou ser  
39 importante o acompanhamento pelo Conselho Municipal de Saúde. Afirmou referendar a prestação de contas.  
40 A Sra. Wilma questionou como é possível votar em um convênio sendo que não fora encaminhada a prestação  
41 de contas com documentos comprobatórios. Questionou sobre a prestação de contas dos serviços prestados.  
42 Enfatizou a questão da taxa de ocupação, que era de 60 (vagas por cento) e passou a 30 (trinta) vagas, sendo  
43 recebida a verba integralmente. Falou sobre o caráter social do projeto “Bom dia, morador de rua”, sendo  
44 necessário o pagamento em duplicidade, excedendo ao termo do convênio. Questionou as razões pelas quais  
45 não estão sendo votadas as atas anteriores. A Sra. Francisca Francinete citou a história da construção dos  
46 direitos dos portadores de HIV/AIDS. Falou sobre os pacientes que acabaram morrendo por falta de assistência,  
47 na década de 1990, devido ao estigma de que somente os homossexuais e usuários de drogas possuíam o vírus  
48 HIV. Afirmou que saúde é um direito constitucional de todos. Falou que o serviço público não dá conta de  
49 acompanhar todo o tratamento dos pacientes, sendo necessárias as ONGs, como o Centro Corsini, a qual  
50 afirmou conhecer e considerar uma das melhores do país, no tratamento de pessoas com HIV/AIDS. Defendeu  
51 o lado das minorias, falando não pensar de acordo com o publicado na imprensa. Porém, criticou a ação de  
52 retirar o morador de rua e encaminhar à casa de apoio, juntamente com pacientes com HIV/AIDS. Concordou  
53 que as prestações de contas devam ser encaminhadas com antecedência. Falou sobre o aspecto social da AIDS  
54 e dos impactos do preconceito. O Sr. Miro falou sobre a importância da prestação de contas das casas de  
55 apoio, pois, como ONG, as suas prestações são cobradas mensalmente, com o risco de não receber as verbas



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



56 do mês subsequente. Explicou que a central de vagas avalia as vagas por ela encaminhadas, o que não impede  
57 as casas de apoio de receberem outros pacientes que não estão cadastrados na central de vagas. Explicou  
58 sobre que os gastos com o paciente envolvem além de medicações e camas, como também aparelhos de  
59 barbear, fraldas, creme dental e escovas de dente. Afirmou ter orgulho de ser portador de HIV há vinte anos e  
60 não ter apresentado nenhuma doença oportunista, pois teve apoio dos familiares e amigos. O que não ocorre  
61 com alguns pacientes na casa de apoio. Falou que poucos conselheiros municipais de saúde visitaram as casas  
62 de apoio para ter contato com seus pacientes. Afirmou não ter como reinserir esses pacientes na sociedade,  
63 assim como alguns moradores de rua. Falou que muitos dos moradores eram portadores de HIV e não sabiam,  
64 somente descobrindo ao realizar o exame nas casas de apoio. Convidou o Conselho Municipal de Saúde a  
65 visitar as casas de apoio, não sendo necessário o aviso prévio. A Sra. Izabel falou sobre o Centro Corsini e  
66 elogiou o trabalho da instituição e o tratamento aos pacientes. Falou que a comissão de visitas do Conselho  
67 Municipal de Saúde realizou a visita nas casas de apoio sem o aviso prévio, sendo produzido relatório.  
68 Questionou o fluxo de pacientes que não são cadastrados na central de vagas e perguntou sobre o controle  
69 orçamentário destes pacientes. Falou sobre o serviço social e da necessidade de ajuda da Secretaria Municipal  
70 de Assistência Social, para os portadores de HIV/AIDS e de pacientes de outras doenças. Afirmou não ser a  
71 questão da verba e sim, da sensibilidade humana. O Sr. Luís Cláudio falou que Campinas é um local de  
72 passagem, onde algumas pessoas permaneceram. Falou sobre a violência com os moradores de rua e sobre  
73 pessoas abandonadas. Diz sobre o trabalho das casas de apoio. Falou sobre a dificuldade da situação, onde o  
74 trabalho foi bem realizado e a apresentação bem feita, porém as contas apresentam pendências. O Sr. André  
75 solicitou um minuto de silêncio, em respeito ao falecimento da Camile, morta no presente dia. A Dra. Cláudia  
76 afirmou que o questionamento das razões pelas quais o financiamento do Programa “Bom dia, morador de  
77 rua” é responsabilidade da Saúde, todos já se fizeram um dia. Explicou que, em dado momento, com a  
78 ocorrência de óbitos destas pessoas, caso a Saúde não acolhesse e criar mecanismos de atende-las e o  
79 Ministério da Saúde tivesse criado uma portaria, para que o município recebesse verbas para manter as casas  
80 de apoio, as pessoas continuariam a morrer nas ruas. Afirmou que os Programas Municipal e Estadual de  
81 DST/AIDS e o Departamento Nacional de DST/AIDS possuem o questionamento em relação à Secretaria de  
82 Assistência Social, tanto que existe um projeto piloto no estado de São Paulo, da Secretaria Estadual de  
83 Assistência Social ser inserida nos projetos de casas de apoio. Afirmou que a Secretaria de Assistência Social  
84 tem mais *Know How* para reinserção social dos indivíduos que a Saúde. Porém, a Saúde não abandonará o  
85 “lado da doença”. Sobre a ocupação dos leitos, afirmou que a apresentação fora transparente, com quatro  
86 casas de apoio credenciadas no município e, por desrespeito aos direitos humanos, houve uma casa  
87 descredenciada, havendo o aumento do número de vagas das casas credenciadas no mesmo ano, prevendo  
88 uma maior demanda. Explicou que o número de vagas é revisto anualmente. Sobre a ocupação *versus* o  
89 repasse, explicou que foi demonstrado com clareza as mudanças nos convênios, sendo o repasse fixo, provindo  
90 do Ministério da Saúde e a outra parcela por vagas ocupadas. Falou que as vagas cadastradas pela central de  
91 vagas são as que contam para o convênio. As casas de apoio tem a liberdade para receber pacientes nas suas  
92 outras vagas. Afirmou que o Programa Municipal DST/AIDS regula as vagas com o projeto terapêutico  
93 individual. Explicou sobre o fluxo pela central de vagas dos pacientes portadores DST/AIDS. Falou sobre o valor  
94 pago por paciente. Esclareceu que o Programa “Bom Dia, Morador de Rua” nada tem a ver com o Programa  
95 Municipal DST/AIDS e a regulação das vagas. Quando ocorria a sorologia positiva, a pessoa era encaminhada ao  
96 PMDST/AIDS. Ressaltou que são projetos diferentes. Explicou os critérios para a vaga em uma casa de apoio.  
97 Explicou que não existia comissão de acompanhamento dos convênios com as casas de apoio, sendo a  
98 proposta de criação da comissão presente no novo convênio, garantindo a melhor fiscalização. Falou que fora  
99 solicitado a indicação de quatro conselheiros municipais de saúde para as comissões de acompanhamentos dos  
100 convênios com as casas de apoio. Sobre as pessoas de fora de Campinas, explicou que, preferencialmente, são  
101 atendidas as pessoas do município, porém, quando há o pedido do estado, não é possível negar, pois a verba  
102 do Ministério da Saúde é regionalizada. Afirmou que importa é a qualidade dos serviços prestados pelas casas  
103 de apoio, sendo o PMDST/AIDS o maior avaliador e crítico destas. A Sra. Izabel perguntou sobre o atendimento  
104 de pessoas com problemas psiquiátricos e portadores de HIV/AIDS. A Dra. Cláudia respondeu que existem  
105 muitas pessoas com problemas psiquiátricos e de drogas/álcool sendo atendidos nas casas de apoio. O Dr.  
106 Saraiva falou sobre os pontos da avaliação das prestações de contas, reafirmando a necessidade destas. Falou  
107 sobre a evolução das prestações de contas, onde nem sempre é possível utilizar metodologias convencionais.  
108 Falou sobre a qualificação do atendimento como alimentação e asseio/higiene. Citou as casas de apoio,  
109 afirmando que, ao visitá-las, verificou bons depoimentos dos usuários relacionados ao atendimento destas.  
110 Concordou com a criação de comissões de acompanhamento dos convênios entre a SMS e as casas de apoio.



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



111 Falou que as parcerias com as casas de apoio foram fundamentais para evitar a desassistência, assim como no  
112 caso do lar dos velhinhos, o Centro Boldrini, Centro Corsini e outras instituições. Lembrou que as questões  
113 relacionadas à assistência social e saúde são correlacionadas e impossíveis de tratar separadamente. Ao  
114 acompanhar aos programas que envolvem moradores de rua, torna-se difícil dizer onde começa a Saúde e  
115 termina a Assistência Social e vice-versa, onde a desassistência social pode vir a trazer problemas de saúde,  
116 como o uso de álcool e drogas. Falou sobre o descredenciamento de uma casa de apoio, a qual não tratava os  
117 usuários com dignidade. O Sr. Mendes solicitou uma questão de ordem para que a votação dos convênios fosse  
118 realizada separadamente. O Sr. Porsani falou que justificaria a votação separada caso alguém apresentasse  
119 algum fato relevante contra alguma casa de apoio. Em processo de votação nominal, o Conselho Municipal de  
120 Saúde **APROVOU** os convênios entre a Secretaria Municipal de Saúde e as casas de apoio Grupo Amizade,  
121 Morada Amor e Luz, Grupo Vida e Centro Corsini, votando **favorável** os conselheiros: Sr. Adilson Momento, Sr.  
122 André Rodrigues Ribeiro, Sr. Antonio Facin, Sr. Edson Bueno, Sra. Elizabeth Aparecida Costa, Sra. Eloísa Israel de  
123 Macedo, Sra. Érica da Silva Vitorino, Sra. Francisca Francilete da Silva, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita,  
124 Sra. Geowanna Ap. Higino S. Santos, Sr. Hildebrando de Barros Ribeiro, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. João  
125 das Graças Silva, Sr. João Xavier, Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sr. José Paulo Porsani, Sra. Maria Cecília Brandt  
126 Piovesan, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Maria Gil de Andrade, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria  
127 José M. da Costa, Sra. Marta de Jesus N. Rocha, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sra. Rosana Elias Romanelli,  
128 Sr. Sidney Mendes da Silva, Sr. Simão Raskin, Sra. Simone Pereira Rosa, Sr. Waldomiro Aprile Junior, Sr. Walmir  
129 Cândido de Oliveira; votaram **contrário** os conselheiros: Sr. Cláudio Trombetta, Sr. José Mendes Juvenal, Sra.  
130 Wilma Rosendo da Silva; e **abstiveram-se** os conselheiros: Sra. Denise Mateus, Sr. José Augusto de Souza, Sr.  
131 Luis Cláudio Pinto da Penha; portanto, por 29 (vinte e nove) votos favoráveis, 03 (três) votos contrários e 03  
132 (três) abstenções. O Sr. João Xavier solicitou declaração de voto, onde declarou que o Conselho Fiscal de Saúde  
133 faça um acompanhamento das prestações de contas das casas de apoio. A Sra. Eloísa solicitou declaração de  
134 voto, onde falou sobre a necessidade de realizar prestações de contas para ter credibilidade dos trabalhos e  
135 que estas cheguem em tempo hábil para o conselho. A Sra. Wilma solicitou declaração de votos onde falou  
136 que o Conselho Fiscal de Saúde não recebera as prestações de contas e que, juntamente com o Sr. Trombetta,  
137 registrou no Ministério Público denúncias contra o Programa Municipal DST/AIDS. O Sr. André falou que a  
138 Mesa Diretora acolhe os nomes do Sr. Luís Cláudio, da Sra. Francisca Maria da Sra. Marta e do Sr. João Xavier  
139 para formar a Comissão de Acompanhamento dos Convênios. O Sr. Pedro Humberto falou sobre as reuniões  
140 das Comissões de Estudo da Gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. O Sr. Bruno Mariani realizou os  
141 informes sobre o andamento dos trabalhos da Comissão, apresentando os integrantes da comissão e  
142 informando que fora eleito como coordenador da comissão e a Sra. Ivonilde como secretária. A Sra. Izabel falou  
143 sobre a conscientização dos conselheiros municipais em relação à gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde e  
144 sobre a maior atenção nos assuntos relacionados à Saúde. O Sr. Bruno ressaltou que qualquer proposta  
145 produzida pela Comissão e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, deve ser produzida uma lei para  
146 passar pela Câmara dos Vereadores, sendo necessário que os conselheiros municipais de saúde fiquem atentos  
147 à este trâmite. O Sr. Júlio agradeceu a apresentação do Sr. Bruno e explicou que a Mesa Diretora acatara o  
148 questionamento da Sra. Wilma e que será encaminhado o mesmo para a Comissão da Secretaria Executiva para  
149 que sejam regularizadas as atas pendentes. Agradeceu a presença de todos os conselheiros. Nada mais a ser  
150 tratado, eu, Maria Ivonilde Lúcio Vitorino, apoio do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata,  
151 assinando-a juntamente com os demais presentes.